



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0024/16	DATA: 18/02/2016	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 11h13min	TÉRMINO: 11h58min	PÁGINAS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de matérias constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Bom dia a todos. Estamos agora retomando os trabalhos da nossa CPI. Na terça-feira, infelizmente, por problema de saúde, não pude estar aqui, mas fui muito bem representada pelos colegas desta Comissão.

Declaro aberta a 40ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a prática de crimes cibernéticos.

Encontra-se à disposição dos senhores membros a cópia da ata da 39ª reunião, realizada no dia 16 de fevereiro de 2016. Pergunto se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Peço a dispensa, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Sandro Alex.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Todos os que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Sra. Presidente, queria cumprimentá-la pela retomada dos nossos trabalhos, desejar não apenas o seu pronto restabelecimento, o que já ocorreu, mas que o mais cedo possível a senhora se livre dos médicos, assim como nós advogados desejamos nos libertar dos advogados.

Eu queria chamar a atenção para esse requerimento, Sra. Presidente, apesar de ser o item 8. Nós tivemos uma reunião com a presença dos Deputados Sandro Alex — o Deputado Daniel não pôde comparecer — e Carlos Alberto, tivemos uma interlocução inclusive com o Deputado Molon, Relator da lei do Marco Regulatório, sobre um tema da maior importância. Eu não vou me alongar na descrição dele. Nós



tivemos a presença do Sr. Fabiano Fonseca Barbeiro, Delegado da Polícia Civil de São Paulo, que nos relatou, além de ter enviado razoável volume de informações, o impasse que existe entre a Justiça, o Ministério Público, a Polícia e a WhatsApp. Eu não vou omitir aqui o nome da empresa não. Eu não quero ser juiz da questão, mas acho que nós não podemos encerrar os nossos trabalhos, coisa que está prevista para a primeira quinzena de março, sem, número um, procurarmos conhecer esse assunto na sua maior amplitude possível.

Segundo, eu receio que o assunto seja tão complexo que possa justificar perante nós — e nós tentaremos justificar, se for o caso — uma eventual nova prorrogação da Comissão, porque eu não vejo como até o dia 10 de março nós amadurecermos as nossas convicções a respeito. Acho muito difícil.

Então, eu queria dar prioridade a esse requerimento, que eu subscrevo e acho que o Deputado Sandro Alex também, e os demais que participaram da reunião. É um convite ao delegado em questão, que não poderá vir na semana que vem por razões funcionais, para que venha participar de uma reunião que pode ser aberta, ou poderá ser parte aberta, parte reservada, na primeira oportunidade que o Carlos Alberto definir com ele. Esse é o pedido.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Silas Freire.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Eu também sou autor de um requerimento que se junta a esse requerimento dos Srs. Deputados. O Dr. Luiz Moura, Juiz da Central de Inquéritos da Comarca de Teresina, foi o primeiro magistrado a determinar a retirada do WhatsApp do ar no Brasil. Ele tem as mesmas inquietudes que o delegado de polícia de São Paulo tem. O serviço de inteligência da Polícia Civil de Teresina foi o primeiro a detectar e a levantar desconfianças, as mesmas inquietudes. O Carlos Alberto nos colocou para conversar com o delegado. Há também o Dr. Luiz Moura, e, no requerimento, eu peço a presença dele, porque ele também acha que algumas inquietudes são despertadas em nós.



Quando estamos em um sítio, por exemplo, onde não há Internet, enviamos uma mensagem via WhatsApp para alguém, e esta mensagem fica armazenada. Quando a Internet é alcançada, ela é, sim, enviada. Isso são inquietudes que a polícia do Piauí e o Dr. Luiz Moura têm. Por isso ele decretou, de próprio punho, a retirada do WhatsApp do ar. Foi uma pena que não aconteceu o que aconteceu em São Paulo, não se chamou atenção, porque o Tribunal de Justiça do Piauí, de imediato, sobrepôs a sua determinação. Eu gostaria que ele estivesse presente no mesmo dia do delegado, porque haveria de nos dar uma contribuição muito grande.

Essa é a nossa colocação.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Pedindo perdão pela minha ignorância em relação ao assunto, nesse particular, eu subscrevo o requerimento também.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Muito obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado JHC.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Eu também desejaria discorrer sobre dois requerimentos de minha autoria. Um deles trata da convocação, pela CPI, do representante da Volkswagen do Brasil.

No ano passado, nós tivemos a notícia de que quase 15 mil Amaroks no Brasil tinham um dispositivo, um *chip* que detectava que o carro estava sendo vistoriado. E assim ele mascarava o resultado daquela investigação ou o resultado da conclusão feita pelos técnicos, naquele momento, sobre os seus poluentes.

Em outros países, como Alemanha e Itália, o representante da empresa está sendo processado penalmente. Mas, no Brasil, houve apenas uma multa do IBAMA e muito pouco se sabe sobre isso.

Dentro do conceito de crimes cibernéticos, nós podemos trazer algumas definições, como qualquer delito em que tenha sido utilizado um computador, uma



rede ou um dispositivo de *hardware*. Ou seja, é uma definição na qual nós podemos encaixar, nesse sentido, a questão desses *chips*. Eu acho que o Brasil precisa tratar as coisas que acontecem aqui com maior seriedade, assim como fazem os outros países. Quando acontecem crimes como esses, nós passamos a mão na cabeça e fica como está.

Então, seria interessante fazer essa discussão até porque, no futuro, podem se utilizar desses mesmos mecanismos em outros itens, com a mesma prática, para também burlar a legislação brasileira.

O outro requerimento fala sobre o *cyberstalking*, que é um conceito novo nos Estados Unidos. Oriundo da palavra inglesa *stalk*, que semanticamente significa perseguir, o *cyberstalking* consiste no uso de ferramentas tecnológicas, com o objetivo de perseguir ou assediar uma pessoa através da Internet.

Não necessariamente essa pessoa, na rede social ou no âmbito virtual, curte uma publicação de alguém, ou a segue, ou faz alguma coisa, mas ela está ali sempre vigiando alguém. De qualquer forma, essa pessoa pode estar assediando alguém, ou tem a intenção de cometer algum delito depois contra alguém, ou de fazer algo até mesmo na própria Internet, no meio virtual.

Então, eu gostaria de pedir a compreensão dos nobres Parlamentares em relação a esses dois requerimentos, sobre os quais eu gostaria de ver a Comissão se debruçar.

Também quero falar sobre um artigo que saiu hoje no jornal *A Folha de S.Paulo*, sob o título: *O Brasil na contramão da história*. O artigo fala sobre a redução de investimento em inovação no Brasil, enquanto outros países continuam fazendo investimentos. É um artigo bastante interessante.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Então, vamos entrar na Ordem do Dia, com o pedido de retirada do Requerimento nº 72, item 1 da pauta, e do Requerimento nº 136, item 5 da pauta.



O pedido de retirada foi feito pelos autores.

Então, ficam retirados esses dois itens.

Há sobre a mesa um requerimento do Deputado Delegado Éder Mauro, pedindo inversão de pauta.

Mas acredito que podemos votar todos eles em conjunto, se todos concordarem (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sra. Presidente, eu concordo, mas gostaria de explanar sobre o meu requerimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Sim, claro! Se quiser, V.Exa. já tem a palavra para fazer a defesa do seu requerimento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Obrigado!

Sra. Presidente, colegas Deputados, senhores presentes, todos nós sabemos dos desafios que hoje o povo brasileiro está enfrentando em relação não só às questões econômicas, políticas e ao afundamento em que o País está, mas à questão do zika vírus, da microcefalia e de todos esses outros males e que, até então, ninguém consegue solucionar.

Diante de tudo isso que tem acontecido, nós estamos, na verdade, esquecendo outra coisa, o que preocupa a mim e a alguns organismos de segurança — são questões que estão sendo deixadas de lado, como as Olimpíadas e o terrorismo. Todos nós estamos deixando abafada essa situação, não estamos prevendo e tomando os cuidados necessários.

Tenham certeza de uma coisa: nas Olimpíadas, embora o povo brasileiro não tenha problema nenhum com o Estado Islâmico, o Brasil, pelas comissões olímpicas que virão para cá, será alvo perfeito. O Brasil é um país aberto e não fiscaliza esse tipo de coisa.



Eu estou aqui hoje com este requerimento — vou lê-lo —, preocupado, porque recebi comissões da própria Agência Brasileira de Inteligência — ABIN — e não vou revelar o nome das pessoas — preocupadas com essa situação. Hoje, os crimes cibernéticos são investigados aqui, mas, há muito tempo, as pessoas são articuladas pelo Estado Islâmico via Internet. Isso se intensificou com a realização das Olimpíadas agora, mas essas pessoas não estão sendo acompanhadas, como acontece na Europa e nos Estados Unidos. Ou seja, nós vamos ser um alvo perfeito para esse tipo de terrorismo.

Sra. Presidente, passo a ler o requerimento:

*“Requeiro a V.Exa., nos termos regimentais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública visando a discussão e a apuração das denúncias de ameaças terroristas, principalmente pelo meio cibernético, tendo em vista a ocorrência das Olimpíadas de 2016.*

*No mesmo ato, buscar-se-á verificar os eventuais trabalhos de planejamento estratégico no âmbito de prevenção e cooperação das forças de segurança do País no combate a eventuais ações de terrorismo.”*

No requerimento consta “convidados”, mas, diante da gravidade do tema, eu quero que seja retificado para “convocados”. Continuando:

*“Para tanto, requeiro que sejam convocados a comparecerem a foro de debate nesta Comissão as seguintes autoridades ou representantes legais: Diretor-Geral da ABIN; Diretor-Geral da Polícia Federal; Procurador-Geral da República, Chefe do Ministério Público Federal e do Ministério Público da União.*

Justificativa.



*Em reportagem veiculada em jornal de grande circulação no País, a Agência Brasileira de Inteligência — ABIN detectou grande ameaça de recrutamento de jovens brasileiros e outros, para a prática de atos terroristas no Brasil, principalmente por meio da Internet. A principal preocupação dos órgãos de segurança é com a ocorrência das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.*

*Vejamos o teor da matéria jornalística:*

*‘Exclusivo. Relatórios de inteligência indicam que grupo extremista tenta criar “lobos solitários” no País para ataques; principal preocupação das autoridades é com a segurança das Olimpíadas no Rio.*

*Brasília. Setores de inteligência do Governo brasileiro detectaram tentativas de cooptação de jovens no País pelo Estado Islâmico para atuarem como “lobos solitários”, extremistas que, por não integrarem as listas internacionais de terroristas, têm mais mobilidade e são capazes de fazer atentados isolados e imprevisíveis em diferentes países.*

*O Estado apurou que o Palácio do Planalto recebeu relatórios de órgãos diferentes alertando para o problema, um deles chamado Estado Islâmico: Reflexões para o Brasil. Os órgãos de inteligência vêm trocando informações, e a Casa Civil assumiu a coordenação das discussões internas sobre a questão no contexto dos preparativos da Olimpíada de 2016.*



*Um dos objetivos dos relatórios é alertar a Presidente Dilma Rousseff de que, apesar da tranquilidade até agora do Governo brasileiro, há um fator de risco que não pode ser desprezado. Envolvidos na discussão dizem que a luz amarela está acesa. Fontes envolvidas afirmaram à reportagem que o tema foi alvo de discussão na última semana na Casa Civil. Participaram representantes de nível operacional do Ministério da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional — GSI, da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.*

*Pelas investigações, apesar de o Brasil não ter histórico de terrorismo, o interesse do Estado Islâmico é ampliar o espectro de recrutamento de novos militante hoje concentrado na Europa para a América do Sul. Policiais europeus já estiveram em Brasília no mês passado para troca de informações com o Governo brasileiro.*

*Temor. A grande preocupação principalmente com os Jogos Olímpicos do ano em curso.*

*O evento reunirá no Rio de Janeiro não apenas jovens de todas as regiões brasileiras, mas também atletas e visitantes do mundo inteiro, inclusive alvos do Estado Islâmico.*

*A avaliação dos órgãos de inteligência é que 'o maior risco para o evento hoje são as manifestações e greves; a maior preocupação é o terrorismo'.*



*O assunto é tratado sob sigilo pelos órgãos envolvidos. O Governo não quer chamar a atenção para esse tipo de movimentação, já que a arregimentação do Estado Islâmico tem sido bem sucedida, sobretudo na Europa.*

*Pelo exposto, o presente requerimento de audiência pública será de grande valia, pois buscará verificar as reais ameaças de terrorismo no País, principalmente durante as Olimpíadas em 2016, bem como será uma oportunidade de questionar os referidos órgãos de segurança sobre os trabalhos que envolvem medidas de prevenção e combate ao terrorismo no âmbito físico e virtual e se há algum projeto destinado a treinamento antiterror voltado à sociedade civil.”*

Até porque sabemos pelas denúncias de pessoas ligadas à ABIN de que nada, absolutamente nada, tem sido feito para acompanhar sequer os jovens e pessoas que pela Internet têm se manifestado junto ao Estado Islâmico, como pessoas que podem ser potencialmente usadas para o ato terrorista.

*“Dada a importância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.”*

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Eu só quero registrar, Deputado Delegado Éder Mauro, que, no caso do requerimento de V.Exa., constante do item 9 da pauta, não temos como trocar o termo para “convocação”, por se tratar de instituições públicas e não estão nominais. Então, permanece o termo “convidados” mesmo, e tenho certeza de que eles estarão presentes na data marcada.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Está bom.



**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Sra. Presidente, eu queria louvar o requerimento do Deputado Delegado Éder Mauro, mas lembrar que esta Comissão aprovou requerimento para realização de um seminário que trata do mesmo assunto do requerimento de S.Exa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Temos tanto o seminário proposto por V.Exa. como o requerimento do Deputado JHC. Deveríamos fazer tudo em conjunto.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Então, seria um dia, para que levássemos até como legado da própria Comissão. E, nesse encontro, faríamos uma mobilização da Comissão — V.Exa. deve marcar a data — para tratar dessa guerra cibernética que o mundo vive. E que no Brasil, infelizmente, desconfia-se, nós confiamos, não está preparada a defesa. Então é louvável a sua atitude, mas só queremos lembrar que há dois requerimentos muito parecidos já aprovados nesta Comissão.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Henrique Lustosa.

**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Sra. Presidente, a minha argumentação aqui, já declarando apoio a todos os requerimentos, é em termos mesmo da praticidade para condução dos trabalhos da presente Comissão.

Sem nenhum demérito, sem nenhum questionamento quanto ao objeto de cada um dos requerimentos, traço num rápido panorama do que está sendo proposto. O Deputado JHC, por exemplo, traz um tema de grande importância, que é a discussão dos eventuais crimes ou do uso criminoso dessa nova forma de utilização das tecnologias de informação, que são as relações máquina com máquina, com base nesse argumento do evento da Volkswagen. Assim como aconteceu lá, você pode prever, pode antecipar o risco, por exemplo, com a evolução do uso de *chips* para comunicação, transporte, substituindo em vários casos atividades humanas, você pode, sim, ter risco de uso criminoso dessas



ferramentas, manipulação de informação ou mesmo manipulação de ações. Então, esse é um tema de grande relevância.

Tanto o requerimento do Deputado JHC como o requerimento do Deputado Bruno Covas, que não está aqui para se manifestar, tratam da temática do *cyberbullying*, *cyberstalking*, que, ao que me conste, não está sendo tão diretamente tratado pela discussão, ainda que na Subcomissão que trata de crimes contra a honra, tangencialmente se toque no tema. Mas esse é um tema importante, igualmente importante para ser tratado.

A preocupação tanto dos requerimentos já existentes, como o do Deputado Delegado Éder Mauro com relação ao risco terrorista nas Olimpíadas, também é relevante. Todos são relevantes, mas precisamos caminhar para uma conclusão, para um relatório que seja conclusivo da CPI, sob pena de nós tentarmos abarcar o mundo com as pernas e não darmos conta.

Não sei se nós vamos conseguir com a Presidência prorrogação de prazo. E, aí, finalizando meu argumento, o tema levantado aqui pelos Deputados Esperidião Amin e Silas Freire, com relação à questão da possibilidade de existirem mecanismos de controle ou de obtenção das informações que trafegam por esses aplicativos de comunicação Messenger, WhatsApp e suas variâncias, é um tema que está palpitante e central no relatório que está sendo discutido. Os outros são igualmente importantes. Eu não sei se nós vamos ter — e o Relator talvez possa me esclarecer — tempo de chegar a um desfecho. Ou se não seria, Deputado JHC, a possibilidade de já começarmos a sinalizar para a Casa a necessidade de ela começar a ter espaços para esta discussão.

Por exemplo, essa discussão que V.Exa. levantou sobre a questão da Volkswagen, ainda que possamos ouvir, que devemos ouvir o representante da empresa automotiva, é um tema que eu entendo que a Comissão de Ciência e Tecnologia se interessaria sobremaneira de discutir com mais profundidade, Deputado Sandro Alex. Assim como as propostas relacionadas com as Olimpíadas, é certo que esta Casa terá várias Comissões de acompanhamento das Olimpíadas



no Rio de Janeiro, nas suas diversas aéreas, inclusive a respeito do risco de terrorismo e nos impactos sobre a comunicação.

Então, não sei, Deputado Esperidião Amim, se estou avançado na sua competência, mas preocupado em apoiar o desfecho do bom trabalho do meu correligionário aqui, eu queria expressar minha preocupação, mas já declarando apoio a todos os requerimentos apresentados.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN** - Eu queria fazer um raciocínio complementar a essa lúcida, muito lúcida intervenção do Deputado Paulo Lustosa.

Eu agendei para hoje, com a sua concordância, uma primeira conversa sobre o relatório com a presença dos Sub-Relatores.

Nós temos um prazo, que é 11 de março. Inclusive, esta convocação que eu pedi, eu reconheço que está quase se sobrepondo ao prazo atual. Nós não podemos considerar que vai haver prorrogação. Eu acho que pode vir a acontecer o nosso pedido, mas também não sei se ele vai ser deferido.

Eu acho que nós deveríamos ter muita cautela no agendamento e, em alguns casos, caso não se possa concretizar o evento — não sei se o Deputado Delegado Éder Mauro está aí — , nós já temos que ter, Carlos Alberto, e me dirijo ao nosso secretário, uma alternativa. Não é que vai ser barrado por mim, nem pela Presidente, vai ser barrado pelo calendário. Caso não se possa realizar o evento ainda no âmbito da Comissão, podemos colocar no relatório que destino o requerimento terá.

Suponhamos: qual é a alternativa que nós daremos, caso não se possa realizar o evento sugerido pelo Deputado Delegado Éder Mauro, que é muito importante? Se não deu, o que se faz? Se houver prorrogação, tudo bem, mas se não houver? Não deu e não teve prorrogação, então, nós teremos que dar um destino, pelo menos uma recomendação de realização daquele evento sugerido pelo



Deputado Éder Mauro, que, repito, é relevante no âmbito de uma Comissão Permanente ou até do Plenário da Casa.

Esta é minha preocupação, confirmando a do Deputado Paulo Lustosa.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Eu só queria fazer algumas ponderações também, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado JHC.

**O SR. DEPUTADO JHC** - Sra. Presidente, parabênzo-a pela brilhante condução desta Comissão.

Acredito que estamos numa Casa plural. Obviamente não vamos conseguir reunir, convergir ideias em torno de um mesmo sentimento. Mas um requerimento como esse da Volkswagen, para mim, é um crime cibernético. Isso é um crime. Então nós precisamos investigar.

Várias CPIs começaram aqui com um fato determinado e terminaram investigando outra coisa que não tinha nada a ver com o início. E o relatório foi todo em cima de tema de outra natureza. Então, a CPI precisa de um fato determinado para começarmos. Agora, é preciso que essa pluralidade de ideias venha a ser discutida no âmbito da CPI para, daí, sim, começarmos a discutir efetivamente um tema que a CPI possa abraçar como um todo.

Agora, o debate é plural. Eu acho que o ambiente é este mesmo que tem que ser feito. A questão do relatório, a preocupação com o prazo, nós temos que ter. Mas é natural em qualquer Comissão, em qualquer CPI que isso aconteça.

O que fazemos, então? Já que está findando o prazo da CPI, que possamos dar celeridade, que concluamos pelo menos os requerimentos que foram aprovados. Acho que temos que discutir os temas que nós gostaríamos. Essa questão do recrutamento de jovens brasileiros por parte do Estado Islâmico é uma preocupação. Por que a CPI iria se omitir de discutir um tema importante como esse? Acho que deveria, sim.



Minha sugestão é fazermos um esforço mútuo, de todos nós, para discutirmos esses temas contemplando todos os Parlamentares. E vamos lutar. Esse é mais um motivo para lutarmos pela prorrogação da CPI, pelos temas que foram trazidos e ainda estão inconclusivos na CPI, mas nós estamos chegando lá

É um tema totalmente inovador. São temas novos. São conceitos inclusive abrangentes, não têm uma definição. Até o *cybercrime*, se você quiser explicar, verá que é um tema complexo. Se você for definir o que é, você não consegue, não há como definir hoje o que efetivamente é. Estou falando aqui sobre *hardware*. Você pode estar *on-line* e você pode estar *off-line* também.

Eu acho que são discussões que precisam ser feitas. Se for necessário mais um prazo, que lutemos por isso e que tenhamos a prorrogação do prazo do CPI.

Eram essas as minhas considerações. E parablenizo-a mais uma vez pela condução dos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado JHC.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Henrique Lustosa.

**O SR. DEPUTADO PAULO HENRIQUE LUSTOSA** - Sra. Presidenta, eu queria esclarecer em primeiro lugar, como eu disse já na abertura da fala, que meu posicionamento é favorável a todos os requerimentos. E eu acho que as matérias propostas são todas muito pertinentes.

Minha preocupação é meramente de natureza operacional. Poderemos consultar o Secretário, em relação à agenda, sobre como nós estamos com as audiências, as oitivas que já estão aprovadas em requerimentos anteriores, sem prejuízo de brigarmos pela prorrogação — eu concordo com o Relator e com o Deputado JHC. Eu acho que, sim, são meritórios. Estou me preocupando aqui meramente com uma formalidade importante.

Sra. Presidenta, Sr. Relator, Deputado JHC, gostaria que nós avaliássemos a possibilidade... Esta Casa dispõe de um órgão, que é o Centro de Estudos e Debates



Estratégicos, que tem como função exatamente abrigar o debate em torno de temas que são inovadores, que estão muito à frente do que a legislação hoje dá conta, mas que em breve vão estar aí às portas desta Casa para serem debatidos. Neste Centro, em suas publicações dos últimos anos, há debates sobre política de banda larga, debate sobre energias renováveis, debate sobre marco regulatório da exploração de petróleo, que foram feitos 4 ou 5 anos antes de as matérias efetivamente chegarem a esta Casa.

Então, eu defendo a importância da proposta que V.Exa. traz, defendo a necessidade de brigarmos pela prorrogação do prazo, para que possamos, sim, dar conta da agenda, que já está bem compactada. Mas, como disse nosso Relator, nós precisamos pensar em alternativas. Não sendo possível desenvolvermos todos esses temas, podemos pensar em recomendar, por exemplo, ao Centro de Estudos e Debates Estratégicos que abra um estudo sobre o uso criminoso de informação. Uma série de discussões está nascendo aqui, e eu temo que nós não consigamos chegar a uma conclusão, a um denominador comum.

Mas, volto a dizer, meu voto é favorável à aprovação dos requerimentos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Obrigada, Deputado Paulo Henrique Lustosa.

Como eu já havia pedido a permanência de todos, eu vou deixar esse assunto para a nossa reunião interna sobre a prorrogação dos trabalhos da Comissão. Vamos votar os requerimentos em bloco.

Item 2, Requerimento nº 129/2015, do Deputado JHC, que *“requer a convocação, pela CPI de Crimes Cibernéticos, do CEO da Volkswagen no Brasil, Sr. David Powels, para esclarecimentos sobre a utilização de chips que impedem a fiscalização ambiental nos automóveis fabricados/vendidos pela marca no Brasil”*.

Item 3, Requerimento nº 134/2015, do Deputado Rodrigo Martins, que *“solicita informações ao Ministério das Comunicações quanto aos procedimentos adotados pela Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, no que diz respeito aos*



*testes de homologação de equipamentos de interconexão à rede mundial de computadores, em especial quanto a vulnerabilidades de segurança".*

Item 4, Requerimento nº 135/2015, do Deputado Bruno Covas, que *"requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite à atriz Sheron Menezes para falar sobre a ofensa e discriminação que sofreu nas redes sociais — cyberbullying".*

Item 6, Requerimento nº 137/2015, do Deputado JHC, que *"requer que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para que sejam discutidos o Cyberbullying e o Cyberstalking enquanto crimes cibernéticos".*

Item 7, Requerimento nº138/2015, do Deputado Silas Freire, que *"requer a realização de audiência pública para ouvir, junto a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos, o Sr. Juiz Luiz Moura Correia da Central de Inquéritos da Comarca de Teresina-PI",* subscrito pelo Deputado Esperidião Amin.

Item 8, Requerimento nº139/2016, do Deputado Esperidião Amin, que *"requer seja convidado o Dr. Fabiano Fonseca Barbeiro, Delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo, para ser ouvido, em reunião reservada, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito".*

Todos que aprovam estes requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Está faltando o item 9, do Deputado Delegado Éder Mauro.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Perdoem-me, faltou o item 9.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - A única coisa que eu tenho a ressaltar, Deputado Silas Freire e demais componentes desta Comissão, é a decisão da Justiça de, tendo havido um fato específico em São Paulo, restringir o sistema de comunicação para todo o Brasil. Isso não tem sentido, é inaceitável.



Nós devíamos ter uma regulação tratando dessa matéria. Não é possível nós paralisarmos um sistema todo por causa de uma decisão em São Paulo ou no Piauí. Eu só não fui atrás desse juiz para mostrar que ele tinha que tomar uma decisão restrita porque eu não o encontrei, mas andei atrás dele para mostrar que a coisa estava mal encaminhada. Da juíza de São Paulo eu não pude ir atrás, mas eu a desacatei publicamente aqui.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Acrescento o item 9 da pauta. Requerimento nº 140/16, do Deputado Delegado Éder Mauro, que *"requer a realização, no âmbito desta Comissão, de audiência pública para que sejam discutidas e apuradas denúncias de ameaças terroristas, principalmente pelo meio cibernético, tendo em vista a ocorrência das Olimpíadas de 2016"*.

Aqueles que concordam com todos os requerimentos permaneçam como estão. (Pausa.)

Requerimentos aprovados.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Eu concordo, Sra. Presidente, mas para contrapor o Deputado Átila Lira, as duas intervenções do Judiciário no WhatsApp foram em face da inquietude da resposta do WhatsApp e pelo fato de que os crimes foram praticados através dele.

No Piauí, foi um crime de pedofilia que o WhatsApp, segundo a concepção da inteligência da polícia do Piauí e do Judiciário, poderia ter colaborado. Bem, o WhatsApp continua a dizer que não tem tecnologia para colaborar. Nós vamos trazer aqui tanto o delegado de São Paulo que presidiu o inquérito, no caso da paralisação de São Paulo, como o magistrado que primeiro determinou a paralisação para chamar a atenção da empresa. Se o WhatsApp não tem essa tecnologia, ele vai ter que se adaptar e vai ter que criá-la. O WhatsApp é importantíssimo. Eu mesmo me comunico toda hora pelo WhatsApp. Agora, não podemos permitir que uma ferramenta importante como essa seja também a ferramenta mais importante para o crime.



Então, nós vamos ter oportunidade de ouvir esses dois integrantes, um do Judiciário e outro da Força Policial de Segurança, para que nós possamos formar a nossa opinião sobre essa inquietude que eles têm de que o WhatsApp tem, sim, condições de tecnologia, se se quiser, para ajudar a desvendar crimes. Agora, concordo com o Deputado, claro, que paralisar aplicativo de comunicação...

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - No Brasil todo, não tem cabimento. É uma decisão provinciana.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Eu concordo, concordo. Mas concordo também que algo precisava ser feito. E o nosso Estado do Piauí, Estado inclusive do Deputado Áttila, foi onde, para coibir um crime de pedofilia, para se desvendar um crime de pedofilia, o Magistrado acabou determinando aquilo, mais para chamar a atenção da empresa do aplicativo.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Sr. Presidente, eu queria o seguinte: esse assunto não é só de Justiça, não. É um assunto de tecnologia. Então, essas operadoras podem também nos mostrar quais mecanismos podem ser utilizados para justamente isolar a decisão numa questão específica. A Polícia Federal tem conhecimento de tudo, até de WhatsApp. O Governo, por exemplo, tem um serviço de segurança que tem conhecimento de tudo neste País. Por que não se tem uma informação como essa?

Quem não sabe do conhecimento que a gente tem sobre a circulação de dinheiro proveniente de drogas? O Governo não age porque não quer, porque o sistema bancário tem tudo isso, à mostra e de fácil acesso.

Então, nós temos que isolar a decisão e não paralisar o País como um todo para explicar uma questão localizada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Concedo a palavra ao Deputado JHC.



**O SR. DEPUTADO JHC** - Quanto a essa questão da inovação, existe uma preocupação. Obviamente, quando há milhares de usuários, acaba ocorrendo o efeito catraca. Depois que se oferece o serviço a milhões de usuários, não se vai conseguir retirá-lo, um serviço em que se inovou, mudou-se o comportamento social da vida das pessoas. E, para penalizar um cidadão que cometeu um crime, penalizar todo o País não é razoável. Isso é totalmente desproporcional. Não existe no Brasil nem uma discussão mais séria sobre uma política de proteção de dados, de privacidade, que acho serem coisas importantes para discutirmos.

Em relação a essas questões, eu acredito que existem outras formas para se trazer ao debate, mas que não seja dessa maneira que pegou de surpresa todo mundo. Não tem cabimento que uma empresa, que está lá nos Estados Unidos... Hoje, legalmente, a própria empresa, pelo marco civil e por nossa legislação, tem como justificar o porquê de não dar as informações, porque ela não está aqui, no Brasil. Então isso foi votado e aprovado por esta Casa. Além disso, existem novos conceitos em dimensão planetária hoje, na Internet. Então, a Internet se sobrepõe à legislação local. Nós vamos ter que discutir isso em âmbito internacional também.

Então, são vários temas que surgem com o advento da Internet, mas concordo, assim como acho que a maioria dos integrantes da Comissão concorda, que foi uma atitude drástica e totalmente desproporcional.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Só para fazer aqui uma ressalva em relação à opinião de todos em relação a isso. Lembro que fizemos uma audiência com o Vice-Diretor Jurídico do WhatsApp. Ele esteve aqui por uma cobrança desta Comissão referente a essas informações. Ele deixou bem claro que, até pela velocidade do sistema WhatsApp, que hoje é usado mundialmente pelas pessoas, eles não conseguem ter esse armazenamento. Então, ele deixou bem claro... Lembro bem que todos perguntaram firmemente sobre isto, sobre a preocupação de não haver divulgação em caso de pedofilia, em caso de tráfico de pessoas, em caso de tráfico de drogas, no caso de uso do WhatsApp, pela ausência de dados armazenados. Logo em seguida, acabou havendo essa decisão, prejudicando milhares de brasileiros, como disse o Deputado Silas Freire, acometendo todo o Brasil.



Eu, como Presidenta desta Comissão, junto com alguns Deputados, num dia de audiência, fizemos um documento, mostrando que havia essas informações. Nós repassamos a todos os órgãos necessários as informações obtidas aqui dentro desta Comissão, para ajudar nas investigações e até mesmo dar informação, que é o trabalho CPI, de como é o encaminhamento e como funciona o WhatsApp, tendo em vista que tivemos a presença do nosso vice-diretor aqui. O advogado do WhatsApp veio aqui para fazer a defesa.

Então, quero deixar bem claro que esta CPI também deu a sua contribuição em relação ao caso do WhatsApp.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Sra. Presidenta, peço a palavra só para finalizar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Claro, Deputado Silas Freire.

**O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE** - Esta CPI está corretíssima. Nós vamos ouvir os personagens que se inquietaram com a falta de informação do WhatsApp.

Nós aqui já temos as informações da própria empresa do aplicativo, que diz que não tem tecnologia. Agora, nós vamos ouvir a força de segurança e o magistrado, que estão inquietos. Então, nós vamos poder ouvir as duas partes. Nós ouvimos uma parte. Ouvimos também a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, que diz que não tem etc. Vamos perguntar aqui ao Dr. Luiz Moura e ao delegado por que eles caminharam por isso. Eles nos mostrarão aqui oficialmente as suas dúvidas, a sua inquietude. E aí nós poderemos formar valores.

Eu acho que nós estamos no caminho certo. Ouvimos, participamos inclusive daquele processo, porque a sociedade em si foi penalizada. Mas nós estamos no caminho certo. Eu acho que estamos dando uma colaboração para este País.

Eu quero finalizar as minhas palavras, concordando com o que foi colocado pelo Deputado Esperidião Amin. O nosso tempo está curto para finalizarmos... Eu sei que nós já prorrogamos esta CPI por mais uma vez. Mas nós temos uma agenda a cumprir e não podemos — desculpem-me a expressão — finalizar uma Comissão



de Inquérito como esta nas coxas, apressadamente — de quem eu não direi —, mas apressadamente, para melhorar o termo.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Quero concordar aqui com o Deputado Silas Freire. Numa Comissão Parlamentar de Inquérito com uma duração de 6 meses nós não temos muito tempo para investigar fatos, ainda mais relacionados ao crime cibernético, que, eu sempre digo nesta Comissão, está sempre se atualizando. A cada dia aparecem novos crimes, novas formas e novas tentativas até mesmo de cometer esses crimes cibernéticos.

Então, sem dúvida, Deputado Silas Freire, nós não poderíamos fazer esse pedido de adiamento com um tempo maior do que 60 dias. Ele tem que ser sempre de 60 a 60 dias. Pedimos o primeiro adiamento, que ocorreu no meio das festas de final de ano. Depois, o Carnaval deu uma atrapalhada. Mas nós percebemos que há requerimentos importantíssimos hoje. E ainda temos que marcar várias audiências, que já foram solicitadas e aprovadas nesta Comissão.

Então, o meu pedido até mesmo para esta reunião fechada dos Deputados que fazem parte desta Comissão é para debater, pois a data de término desta CPI é o dia 14 de março. E com isso, nós percebemos, Deputado de Leo de Brito, que há necessidade de investigar muitos outros casos, que nós precisamos chegar a uma finalização, para não ser mais uma Comissão que muitas vezes as pessoas esperam muito mais resultado. Já tivemos resultado. Já tivemos empresas fechadas. Já tivemos casos aqui de pessoas que ainda estão presas devido a denúncias realizadas dentro desta Comissão. Empresas já me procuraram falando da sua preocupação.

Mas temos que fazer da forma certa, senão não existiria Comissão Parlamentar de Inquérito. O nosso papel está sendo cumprido, mas sem dúvida precisamos de mais tempo para continuar os nossos trabalhos e mostrar um maior resultado. Então, eu deixo aqui o meu pedido para que todos permaneçam para que possamos debater sobre esse adiamento da data de término da CPI.



Tendo em vista a Ordem do Dia e já aprovados todos os requerimentos de hoje, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando Reunião Ordinária da Comissão para a próxima terça-feira, dia 23 de fevereiro, às 14 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.